

Sul América Holding de Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional

A **SUL AMÉRICA HOLDING DE INVESTIMENTOS S.A.**, denominada “Companhia”, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de outubro de 2021, domiciliada no Brasil, com sede no Estado e Cidade de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, conjunto 81, sala A, Vila Nova Conceição e, tem como objetivo a participação exclusiva, como acionista ou quotista, em quaisquer sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

A Companhia foi adquirida em 01 de novembro de 2023 conforme contrato de compra e venda de ações firmado entre a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAÚDE) e a Rede D’Or São Luiz S.A. A partir desta data a CIA SAÚDE passou a deter 100% de participação na Companhia.

A CIA. SAÚDE tem como controladora indireta a Rede D’Or, com 47,59% de participação direta e 52,41% de participação indireta através de outras controladas.

A Rede D’Or é uma companhia de capital aberto e divulgou, em 10/03/2025, no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2024, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Os Administradores da Companhia informam que estas demonstrações financeiras estão sendo divulgadas em conformidade ao artigo 294 da Lei 6.404/1976, com redação dada pela Lei Complementar nº182/2021, que permite as companhias fechadas com receita bruta anual de até R\$ 78.000 realizar suas publicações previstas de forma eletrônica na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

1.1. Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (SAMI) – Transferência de ações ordinárias e usufruto Família Moll

Em 03/11/2023, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia em R\$ 162.142 mediante o aporte, pela CIA SAÚDE, de 46.249.559 ações ordinárias em sua propriedade, de emissão da SAMI. A partir desta data, a Companhia passou a deter 100% do capital social da SAMI, e manteve os termos do usufruto constituído em 20/12/2022 em favor da EMABE Participações S.A. (“EMABE”), sociedade holding de controle dos antigos controladores do Grupo SulAmérica, sobre os direitos políticos de 51% das ações ordinárias da SAMI.

Em 05/03/2024, foi extinto o usufruto ora constituído em favor da EMABE. Neste mesmo momento, foi assinado novo instrumento de usufruto sobre os direitos políticos relativos às ações representativas de 51% do capital social votante da SAMI, onde a usufrutuária é a FM Holding Financeira S.A. (“FM Holding”).

A FM Holding é uma holding com objeto exclusivo, controlada diretamente pelos membros da Família Moll, passando o controle direto da SAMI a ser detido pela FM Holding e o indireto exclusivamente pelos membros da Família Moll.

A nova estrutura ocorreu no contexto da combinação de negócios entre Rede D’Or e SulAmérica, tendo sido a transferência do controle acionário indireto da SAMI para Família Moll, por meio do usufruto constituído em favor da FM Holding, aprovada pelo BCB em 30/04/2024

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Diretoria autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 29/04/2025.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Resumo das políticas contábeis

As políticas contábeis mais relevantes adotadas são:

- O resultado das operações é apurado pelo regime de competência; e
- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses a contar da data-base das demonstrações financeiras são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

3.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir:

3.2.1. Mensurado ao valor justo por meio do resultado – VJR

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nessa categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia.

3.3. Investimentos - participações societárias

Nas demonstrações financeiras, a participação acionária em coligada direta é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

3.4. Redução ao valor recuperável

3.4.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

3.4.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente. As perdas por redução do valor recuperável para os ativos intangíveis de vida útil definida, quando aplicável, são registradas na rubrica "Resultado patrimonial", no resultado do exercício.

Não há ativos não financeiros com perdas de valor recuperável em 31 de dezembro de 2024 e 2023, e não houve registro de perdas nos resultados dos respectivos exercícios.

3.5. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais.

3.6. Normas e interpretações novas e revisadas

3.6.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras:

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações:

- Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante (Alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2024, alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2024 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações:

- IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras – Em vigor a partir de 01/01/2027;
- IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações - Em vigor a partir de 01/01/2027;
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial - Em vigor a partir de 01/01/2025; e
- Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade - Em vigor a partir de 01/01/2025.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Gestão de riscos

O processo de gestão de riscos (*Enterprise Risk Management – ERM*) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados.

Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma:

- **Identificação dos riscos**

Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos;

- **Quantificação dos riscos**

Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos;

- **Resposta aos riscos**

De acordo com os resultados do processo de quantificação, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e

- **Monitoramento e reporte**

As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados através de relatórios elaborados pela área de riscos corporativos.

A área de controles internos tem a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles.

O programa de gestão de riscos da SulAmérica está estruturado sob o conceito de linhas de atividades diretas na Gestão de Riscos, conforme melhores práticas internacionais, nomeado como Modelo das Três Linhas. Segundo o IIA (*The Institute of Internal Auditors*), o Modelo de Três Linhas ajuda as organizações a identificarem estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha. Esta segunda gestão do risco (2ª linha) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da SulAmérica. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna das primeiras e segundas gestões dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha).

O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta.

4.1 Risco de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas.

A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica. Esta política estabelece e descreve as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles:

- Metas de rentabilidade;
- Limites de risco;
- Prazos máximos para alocação dos ativos; e
- Liquidez mínima exigida.

Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (*Asset and Liability Management*), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial

e Investimentos.

A área de Investimentos, faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos.

De acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (*Value at Risk*) e realizado Testes de Estresse (*Stress Test*) na carteira de investimentos.

4.2. Risco de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado.

A carteira de crédito privado é composta basicamente por emissores da menor categoria de risco possível (classe AAA e AA+) e as cotas de fundo de investimentos administradas por instituições de primeira linha, de acordo com as melhores práticas de mercado.

4.3. Risco de liquidez

Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar tempestivamente compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos.

São realizadas projeções do caixa e Testes de Estresse para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle sobre o risco de liquidez.

As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2024 e 2023:

											2024
Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil	
Instrumentos financeiros											
Aplicações financeiras	21.285	-	-	-	-	-	21.285	21.285	-	21.285	
Valor justo por meio do resultado	21.285	-	-	-	-	-	21.285	21.285	-	21.285	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.588	-	-	-	-	-	-	-	-	18.588	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	15.389	-	-	-	-	-	-	-	-	15.389	

											2023
Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	5.478	-	-	-	-	-	-	-	-	5.478	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	1.224	-	-	-	-	-	-	-	-	1.224	

5. Aplicações financeiras

					2024
Descrição	Valor justo por meio do resultado		Taxa média de juros	Total	
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil			
Títulos de renda fixa – privados	21.285	21.285		21.285	
Certificados de depósito bancário				-	
Pós-fixado CDI %			100% CDI	21.285	
Subtotal	21.285	21.285		21.285	
Percentual total contábil		100,00%		100,00%	
Total				21.285	
Circulante				21.285	

Em 31 de dezembro de 2023 a companhia não possuía saldos em aplicações financeiras.

6. Participações societárias

As principais movimentações no investimento até 31/12/2024 foram:

Sul América Investimentos
Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A. -
(SAM)

Saldo em 01/01/2023	-
Aumento de capital com ativos	88.432
Equivalência patrimonial	2.360
Dividendos obrigatórios	(2.685)
Saldo em 31/12/2023	88.107
Equivalência patrimonial	64.248
Dividendos obrigatórios	(18.588)
Dividendos adicionais propostos	(16.432)
Ágio em transações de capital	93.409
Ajustes de avaliação patrimonial	(12)
Saldo em 31/12/2024	210.732

Em 31/12/2024 e 2023, o investimento é composto conforme demonstrado a seguir:

2024
Sul América Investimentos
Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A. -
(SAM)

Descrição	
Ativo	259.979
Passivo	49.247
Patrimônio líquido	210.732
Receita líquida (a)	137.771
Lucro líquido do exercício	65.953
Percentual de participação (%)	100%
Valor contábil do investimento	210.732
Quantidade de ações ordinárias	46.249.559

2023
Sul América Investimentos
Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A. -
(SAM)

Descrição	
Ativo	218.484
Passivo	38.674
Patrimônio líquido	179.810
Receita líquida (a)	73.331
Lucro líquido do exercício	25.611
Percentual de participação (%)	49%
Valor contábil do investimento	88.107
Quantidade de ações ordinárias	46.249.559

(a) As receitas referem-se as receitas oriundas da operação deduzidas de suas despesas de vendas, acrescidas das receitas patrimoniais e financeiras.

7. Obrigações a pagar

Descrição	2024	2023
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	15.389	1.224
Total	15.389	1.224
Circulante	15.389	1.224

8. Partes relacionadas

Os principais saldos relativos a operações com partes relacionadas são:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2024	2023	2024	2023
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a)	Controladora direta	Traditio Companhia de Seguros	-	-	15.389	1.224
Sul América Investimento Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (a)	Coligada	Sul América Holding de Investimentos S.A.	18.588	5.478	-	-
Total			18.588	5.478	15.389	1.224

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2024	2023	2024	2023
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	Coligada	Sul América Holding de Investimentos S.A.	-	2.793	-	-
Total			-	2.793	-	-

(a) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos entre acionistas, titulares ou sócios. Os saldos de ativo e passivo estão registrados nas rubricas "Dividendos a receber" e "Obrigações a pagar", respectivamente, e a receita está registrada no resultado na rubrica "Receitas patrimoniais".

Os montantes de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) recebidos e pagos pela Companhia, em 31/12/2024 e 2023, estão demonstrados a seguir:

	Dividendos e JCP recebidos		Dividendos e JCP pagos	
	2024	2023	2024	2023
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	21.910	-	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	1.224	-
Total	21.910	-	1.224	-

9. Patrimônio líquido

9.1. Capital social

Em 31/12/2024 e 2023, o capital social da Companhia é de R\$ 162.152 representado por 16.214.217.128 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizado.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03/11/2023, a Acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social no valor de R\$ 162.142, com a emissão de 16.214.207.128 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,01 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/76, na data-base de 31/10/2023, sendo as novas ações ordinárias subscritas e integralizadas pela acionista CIA SAÚDE, mediante o aporte das ações ordinárias que a CIA SAÚDE detinha na SAMI.

9.2. Reserva de capital

Referem-se ao ágio e deságio apurado em transações de capital, na aquisição de ações de empresas nas quais a Companhia já detém o controle.

9.3. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art.193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

9.4. Reserva estatutária

A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, se for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

9.5. Política de distribuição de dividendos

O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado, em consonância com a legislação em vigor.

Em 02/05/2024, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos obrigatórios referentes ao exercício social findo em 31/12/2023, no valor de R\$ 1.224, à razão de R\$ 0,01 (em reais) por ação, a serem pagos aos acionistas a partir daquela data.

9.6. Distribuição do resultado

Em 31/12/2024 e 2023, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição	2024	2023
Lucro antes dos impostos	65.038	5.153
(-) Impostos e contribuições	(241)	-
Lucro líquido do exercício	64.797	5.153
Constituição da reserva legal (5%)	(3.240)	(258)
Lucro líquido ajustado	61.557	4.895
Dividendos obrigatórios:		
25% do lucro líquido ajustado	15.389	1.224
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	15.389	1.224
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	46.168	3.671

10. Detalhamento das contas de resultado

10.1. Resultado financeiro líquido

Descrição	2024	2023
Títulos e valores mobiliários	836	-
Valor justo por meio do resultado	836	-
PIS/COFINS sobre receita financeira	(39)	-
Outros	5	-
Total	802	-

11. Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social em 31/12/2024 e 2023 são compostas como segue:

Descrição	2024	2023
Corrente:		
Imposto de renda	(169)	-
Contribuição social	(72)	-
Total	(241)	-

O imposto de renda e a contribuição social de 31/12/2024 e 2023, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2024	2023
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	65.038	5.153
Despesa com imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(22.113)	(1.752)
Alíquota nominal	34%	34%
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:		
Equivalência Patrimonial	21.844	802
Dividendos avaliados pelo custo de aquisição	-	950
Outros	28	-
Receitas/ (Despesas) na demonstração do resultado	(241)	-
Alíquota efetiva	0,37%	0,00%